

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.840.763 - PR (2019/0291258-9)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
EMBARGANTE : **ROMEUE RUFINO DE BRUNS FILHO**
ADVOGADOS : **LUIS ROBERTO AHRENS - PR032047**
 GUILHERME GRANDE SOARES DE LIMA - PR077980
 MARLISE LUCIANE FANTIN AHRENS - PR082045
EMBARGADO : **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**
ADVOGADOS : **VERA LUCIA BICCA ANDUJAR - RS016912**
 MISAEEL FUCKNER DE OLIVEIRA - PR033632
 DAMIAO ALVES DE AZEVEDO - DF022069

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por ROMEUE RUFINO DE BRUNS FILHO em face de decisão de fls. 716/721 (e-STJ), que deu provimento ao recurso especial para condenar a CAIXA ao pagamento de indenização a título de danos materiais equivalente ao valor de mercado dos bens objeto dos contratos de penhor, abatendo-se os valores já pagos pela CAIXA, com os respectivos valores a serem apurados em liquidação de sentença, para afastar a condenação da parte recorrente ao pagamento da multa do art. 1.026, § 2º, do CPC/15 e fixou os honorários advocatícios no montante de 10% sobre o valor da condenação, a ser apurado em liquidação de sentença, em conformidade com o disposto no § 3º do art. 20 do CPC.

Alega o embargante que a regra contida no artigo 85 do Código de Processo Civil de 2015 é uma norma processual-material, assim, o direito à verba nasce contemporaneamente à decisão, de modo que, nos caso em questão, como a decisão condenatória foi proferida após o dia 18/03/2016, devem ser aplicadas as normas do novo códex quanto aos honorários advocatícios.

Afirma, ainda, que em um processo onde foram manejados dois recursos especiais, uma apelação, diversos embargos de declaração, e que perdurou por 10 anos, o percentual de honorários sucumbenciais deva ser o mais próximo do limite máximo legal.

Por fim, destaca que a Caixa Econômica Federal deu azo à promoção da ação, em razão de contrato de adesão abusivo, razão pela deve ser condenada a pagar custas processuais.

Intimado, o embargado apresentou impugnação. (e-STJ fl. 731/736).

É o relatório. Decido.

Os embargos de declaração têm como objetivo esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento ou corrigir erro material (CPC, art. 1.022), sendo inadmissível a sua interposição para rediscutir questões tratadas e devidamente fundamentadas na decisão embargada, já que não são cabíveis para provocar novo julgamento da lide.

Alega o embargante que a regra contida no artigo 85 do Código de Processo Civil de 2015 é uma norma processual-material, assim, o direito à verba nasce contemporaneamente à decisão, de modo que, nos casos em questão, como a decisão condenatória foi proferida após o dia 18/03/2016, devem ser aplicadas as normas do novo código quanto aos honorários advocatícios.

Afirma, ainda, que em um processo onde foram manejados dois recursos especiais, uma apelação, diversos embargos de declaração, e que perdurou por 10 anos, o percentual de honorários sucumbenciais deva ser o mais próximo do limite máximo legal.

Sobre o tema, constou na decisão embargada:

"Fixo os honorários advocatícios no montante de 10% sobre o valor da condenação, a ser apurado em liquidação de sentença, em conformidade com o disposto no § 3º do art. 20 do CPC." (e-STJ fl. 721)

Como se vê, não se trata de omissão na decisão recorrida, mas sim de inconformismo da embargante com o percentual fixado e com o diploma legal utilizado para fixar a verba honorária, ou seja, mostra-se nítido o propósito da embargante de rediscutir tema devidamente apreciado, embora desfavoravelmente à pretensão almejada, o que, contudo, não é cabível na via estreita dos embargos de declaração. A propósito:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO REGIMENTO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE COBRANÇA - ACÓRDÃO DESTE ÓRGÃO FRACIONÁRIO QUE REJEITOU OS PRIMEIROS ACLARATÓRIOS OPOSTOS. IRRESIGNAÇÃO DA REQUERIDA.

1. Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material, consoante dispõe o artigo 1.022 do

NCPC.

2. No caso, não se constata o vício alegado pelo embargante, que busca rediscutir matéria devidamente examinada pela decisão embargada referente à deserção da apelação interposta na origem, o que é incabível nos embargos declaratórios.

3. Sob a égide do Código de Processo Civil de 1973, a jurisprudência desta Corte consolidou o entendimento de que a comprovação do recolhimento das custas processuais deve se dar no momento do protocolo do respectivo recurso, não cabendo posterior juntada de comprovante. Precedentes da Corte Especial e da Segunda Seção deste Tribunal.

4. Embargos de declaração rejeitados."

(EDcl nos EDcl no AgInt no AgRg no REsp 1545154/GO, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 02/10/2018, DJe 11/10/2018)

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE QUALQUER DOS VÍCIOS ELENCADOS NO ART. 1.022 DO CPC/2015. MERO INCONFORMISMO. HONORÁRIOS RECURSAIS DEVIDOS. ART. 85, § 11, DO CPC/2015.

1. Os embargos de declaração são cabíveis somente quando houver na decisão obscuridade, contradição, omissão ou erro material, consoante dispõe o art. 1.022 do CPC/2015.

2. No caso concreto, não se constata os vícios alegados pela parte embargante, que busca rediscutir matéria devidamente examinada pela decisão embargada, o que é incabível nos embargos declaratórios.

3. No julgamento do EREsp n. 1.539.725/DF (DJe 19/10/2017), a SEGUNDA SEÇÃO concluiu que o Colegiado poderá arbitrar, no agravo interno, a verba honorária recursal omitida pelo relator por ocasião da decisão monocrática.

4. Apesar de o agravo em recurso especial ter sido interposto na vigência do CPC/2015, a decisão que negou provimento ao referido recurso, bem como o acórdão que desproveu o respectivo agravo interno, permaneceram silentes a respeito da aplicação do art. 85, § 11, do referido diploma processual, o que permite a fixação de honorários recursais nesta etapa.

5. Embargos de declaração rejeitados, com majoração dos honorários sucumbenciais."

(EDcl no AgInt no AREsp 1241259/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 20/09/2018, DJe 27/09/2018)

Superior Tribunal de Justiça

De qualquer sorte, a Corte Especial do STJ definiu a tese, em relação aos honorários de sucumbência, de que *"a sentença (ou o ato jurisdicional equivalente, na competência originária dos tribunais), como ato processual que qualifica o nascedouro do direito à percepção dos honorários advocatícios, deve ser considerada o marco temporal para a aplicação das regras fixadas pelo CPC/2015. Assim, se o capítulo acessório da sentença, referente aos honorários sucumbenciais, foi prolatado em consonância com o CPC/1973, serão aplicadas essas regras até o trânsito em julgado. Por outro lado, nos casos de sentença proferida a partir do dia 18.3.2016, as normas do novel diploma processual relativas a honorários sucumbenciais é que serão utilizadas"*(EAREsp 1255986/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 20/03/2019, DJe 06/05/2019).

Melhor sorte assiste ao recorrente quanto à omissão quanto à condenação da Caixa Econômica Federal ao pagamento das custas processuais.

De fato, a decisão embargada não se manifestou especificamente quanto ao tema, merecendo portanto a necessária integração para condenar a ora embargada ao pagamento das custas processuais, uma vez que restou vencida na demanda.

Isso posto, acolho parcialmente os presentes embargos de declaração, com efeito integrativo, para sanar omissão e condenar à CEF ao pagamento das custas processuais.

Publique-se.

Brasília (DF), 12 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator